

# Informativo Semanal

#COVID19



AJUFE

20/08

### **Pesquisa do CNJ aponta baixa participação feminina (20%), e de mulheres negras, em bancas de concursos para juiz**

Um estudo divulgado essa semana pelo Conselho Nacional de Justiça aponta que a participação feminina em bancas de concursos para juiz é de apenas 20,6% dos examinadores. O levantamento foi divulgado durante o Seminário "A Participação Feminina nos Concursos para a Magistratura", promovido pelo CNJ. Segundo a pesquisa, o percentual está relacionado à quantidade de magistradas nos grupos de juízes e desembargadores responsáveis por avaliar e aplicar as provas orais - última etapa eliminatória do certame -, além de julgar recursos apresentados pelos candidatos.

O número é ainda mais baixo na Justiça Federal: as 33 integrantes dessas bancas nos últimos dez anos correspondem a apenas 13,1% do total de examinadores. O dado corrobora as conclusões de uma pesquisa divulgada em 2017 pela Comissão Ajufe Mulheres. O percentual de mulheres em bancas de concurso na justiça federal aumentou pouco mais de 5% desde a primeira banca examinadora após 1988, quando o percentual foi de 7,9%.

[Continue lendo...](#)

20/08

### **União deve seguir repassando verbas para construção de casas em comunidade quilombola em Porto Alegre**

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) confirmou no início do mês (4/8) a sentença da Justiça Federal do Rio Grande do Sul que determinou que a União repasse verbas para a construção de 50 unidades habitacionais na comunidade quilombola Alpes Dona Edwirges, localizada no Morro Cascata, em Porto Alegre.

O dinheiro é proveniente do Fundo de Desenvolvimento Social e está relacionado a um contrato de financiamento celebrado no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida, cuja operacionalização é de responsabilidade da Caixa Econômica Federal.

[Continue lendo...](#)

20/08

### **TRF4 amplia prazo para que INSS implemente aposentadoria por invalidez para segurado de Missal (PR)**

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) deu provimento a um recurso do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ampliou o prazo de 15 para 45 dias para que a autarquia implemente o benefício de aposentadoria por

invalidez a um segurado de 58 anos, residente do município de Missal (PR). A decisão foi proferida pela Turma Regional Suplementar do Paraná por unanimidade em sessão virtual de julgamento realizada no dia 12/8. O colegiado também reduziu de R\$ 200 para R\$ 100 o valor da multa diária que o Instituto terá de pagar caso não cumpra a decisão judicial dentro do prazo estabelecido.

O segurado havia ajuizado ação pleiteando a concessão do benefício previdenciário, com pedido de antecipação de tutela, em março deste ano.

[Continue lendo...](#)

19/08

### **TRF4 mantém liminar que suspendeu atuação do aplicativo Buser em SC**

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou provimento a um recurso ajuizado pela empresa Buser Brasil Tecnologia LTDA e manteve a liminar que proibiu o funcionamento do aplicativo de fretamento de ônibus no Estado de Santa Catarina. A decisão é da 3ª Turma da Corte e foi proferida de forma unânime em sessão telepresencial de julgamento realizada ontem (18/8).

[Continue lendo...](#)

19/08

### **Ajufe reúne-se com vice-líder da minoria na Câmara para discutir ampliação da Justiça Federal**

O presidente da Ajufe, Eduardo André, e as vice-presidentes na 2ª e 5ª Regiões, Marcella Brandão e Camila Pullin, reuniram-se, nesta quarta-feira (19/08), com o deputado e vice-líder da minoria na Câmara, Afonso Florence (PT).

Após a inclusão dos projetos de ampliação da Justiça Federal (PL 5977/2019) e de criação do TRF6 (PL 5919/2019) na pauta de votação da Câmara dos Deputados desta semana, a Diretoria continua dialogando com os parlamentares a fim de demonstrar a importância dos PLs para a melhoria da prestação jurisdicional.

[Continue lendo...](#)

19/08

### **Contribuição previdenciária patronal não deve incidir sobre salário-maternidade**

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) proferiu ontem (18/8) decisão liminar que reconheceu ser inconstitucional a incidência de contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre o salário maternidade. A decisão é da 2ª Turma da Corte e foi proferida por unanimidade ao dar parcial provimento a um agravo de instrumento interposto pela Sociedade

Educacional do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre.

O entendimento adotado pelo relator do recurso, desembargador federal Rômulo Pizzolatti, foi tomado com base em jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para reconhecer a inexigibilidade dessa contribuição.

[Continue lendo...](#)

19/08

### **TRF5 mantém condenação de ex-deputado federal por corrupção passiva**

A Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5 manteve, por unanimidade, a condenação do ex-deputado federal Francisco Rommel Feijó de Sá (CE), pelo crime de corrupção passiva, no esquema que ficou nacionalmente conhecido como “Máfia das Ambulâncias”.

O caso de corrupção, também conhecido como “Escândalo dos Sanguessugas”, veio à tona em 2006, quando foi descoberta uma quadrilha que atuava desviando dinheiro público, mediante licitações fraudulentas para aquisições de ambulâncias e equipamentos médico-hospitalares de diversas empresas. O esquema foi desarticulado pela “Operação Sanguessuga”, uma investigação conjunta entre o Ministério Público Federal (MPF), a Polícia Federal (PF), Controladoria Geral da União (CGU) e Receita Federal do Brasil.

[Continue lendo...](#)

19/08

### **Sistema Judiciário durante a pandemia é tema de encontro virtual**

O Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário (Ibrajus) realizou encontro virtual para debater a “Pesquisa Internacional do Sistema Judiciário Pandemia de Covid-19”. O ex-presidente da Ajufe e atual vice-presidente do Ibrajus, Antônio Bochenek, e a juíza federal Luciana Ortiz, representando o Laboratório de Inovação da Justiça Federal de São Paulo (iJuspLab), participaram do evento.

O objetivo foi apresentar o trabalho desenvolvido pelo iJuspLab no que tange ao Business Intelligence (B.I.). A ferramenta permite o acesso facilitado aos dados com filtragens e gráficos que possibilitam diversos tipos de comparação e recuperação dos dados da pesquisa.

[Continue lendo...](#)

19/08

### **Justiça determina que União forneça medicamento para paciente com câncer raro de medula óssea**

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) manteve no início do mês (4/8) a sentença da Justiça Federal do Rio Grande do Sul que determinou à União que forneça o medicamento Bortezomibe (Velcade) para o tratamento de um idoso de 77 anos diagnosticado com mieloma múltiplo.

A decisão é da 5ª Turma da Corte e foi proferida de maneira unânime ao negar recurso de apelação da Advocacia-Geral da União (AGU), que questionava o alto custo do remédio e apontava a existência de políticas públicas de saúde para o tratamento do câncer em questão, além de defender o redirecionamento do custeio ao Estado do RS.

[Continue lendo...](#)

19/08

### **TRF4 mantém empresas de fretamento como réis em processo que discute a legalidade do aplicativo Buser em SC**

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) deu provimento a um recurso do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros no Estado de Santa Catarina (SETPESC) e manteve as empresas Lucretur Agência de Viagens e Turismo LTDA, Pamela Andressa de Freitas, Seriema Turismo – Eireli e Spazzini Turismo LTDA – EPP, que realizam serviços de fretamento e transporte em parceria com a Buser, como réis em uma ação que questiona a legalidade do funcionamento do aplicativo no Estado de SC.

A decisão foi proferida por unanimidade pela 3ª Turma da Corte em sessão telepresencial de julgamento ocorrida na manhã de hoje (18/8).

[Continue lendo...](#)

19/08

### **TRF4 mantém sentença que condenou empresária paranaense por sonegação fiscal superior a R\$ 6 milhões**

Em sessão virtual ocorrida no dia 4/8, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) decidiu pela manutenção da pena imposta a uma empresária de Apucarana (PR) por sonegação fiscal. Conforme denúncia do MPF, a ré sonegou, entre 2004 e 2006, mais de R\$ 6 milhões em Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Programa de Integração Social (PIS) e outros tributos.

Os desembargadores federais mantiveram a pena imposta pela 1ª Vara Federal de Apucarana, que havia sentenciado a ré à pena de três anos e oito meses de prisão (substituída por prestação de serviços à comunidade), bem como o pagamento de multa de R\$ 30 mil corrigidos. No entanto, definiram o retorno do processo ao primeiro grau para que seja examinada a possibilidade

de oferecimento do acordo de não persecução penal.

[Continue lendo...](#)

18/08

### **CNJ celebra 15 anos de atividade com quase 100 mil processos baixados**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou, nesta terça-feira (18/08), sessão Ordinária solene para registrar os 15 anos de atividade. Fruto da Reforma do Judiciário, aprovada nos termos da Emenda Constitucional nº 45, o CNJ foi instituído em 14 de junho de 2005, com a missão de “desenvolver políticas judiciárias que promovam a efetividade e a unidade do Poder Judiciário, orientadas para os valores de justiça e paz social”. O presidente da Ajufe, Eduardo André Brandão, o vice-presidente na 1ª Região, Caio Marinho, e o diretor de comunicação, Saulo Casali, acompanharam a cerimônia presencial em Brasília, que também foi transmitida em videoconferência.

[Continue lendo...](#)

18/08

### **Após forte diálogo parlamentar pela diretoria da Ajufe, projetos de ampliação da Justiça Federal entram na pauta de votação da Câmara**

Os projetos de ampliação da Justiça Federal (PL 5977/2019) e de criação do TRF6 (PL 5919/2019) foram incluídos na pauta de votação da Câmara dos Deputados desta semana. A informação foi dada nesta terça-feira (18/08), durante reunião da diretoria da Ajufe com o primeiro vice-presidente da Câmara, deputado federal Marcos Pereira.

[Continue lendo...](#)

18/08

### **UFSM deve pagar adicionais a servidores que tiveram salário descontado durante a pandemia**

Uma decisão liminar do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) determinou que a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) restabeleça imediatamente o pagamento de valores adicionais que foram descontados da remuneração de servidores públicos desde abril em razão de uma instrução normativa do Governo Federal.

A liminar atende a um recurso da Associação dos Técnicos de Nível Superior da Universidade (Atens/UFSM) e foi proferida pela 4ª Turma da Corte durante sessão de julgamento realizada na última quarta-feira (12/8).

[Continue lendo...](#)

17/08

### **Ajufe reúne-se com deputados para continuar diálogo interinstitucional**

Dando continuidade ao trabalho parlamentar, a Diretoria da Ajufe reuniu-se, nesta segunda-feira (17/08), com os deputados Tereza Nelma (PSDB/AL) e Paulo Ganime (NOVO/RJ). A intenção dos diretores, além de apresentar as pautas da associação, é estabelecer um diálogo com os parlamentares.

A vice-presidente da Ajufe na 5ª Região, Camila Pullin, foi ao gabinete da deputada Tereza, em Alagoas. E apresentou, junto ao presidente da Ajufe, Eduardo André, via conferência, a nova diretoria e a importância da aprovação dos projetos de ampliação da Justiça Federal (PL 5977/2019), de criação do TRF6 (PL 5919/2019) e de implementação do FEJUFE (PL 7735/2017). A deputada comprometeu-se a avaliar as notas técnicas da associação sobre os temas.

[Continue lendo...](#)

17/08

### **TRF4 confirma direito de contratação de profissional da educação como professora substituta no IFRS**

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) decidiu manter sentença de primeiro grau favorável a uma educadora de 41 anos que havia ingressado na Justiça para obter vaga como professora substituta na área de Ciências da Saúde – Enfermagem no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), em Rio Grande (RS). O cargo havia sido negado pela instituição de ensino sob alegação da não transcorrência do prazo de 24 meses desde a última contratação da autora em vaga similar. A decisão foi proferida por unanimidade em sessão de julgamento telepresencial no dia 12/8.

A mulher ingressou com um mandado de segurança contra o IFRS em janeiro deste ano. Ela alegou que havia participado de processo seletivo simplificado para a contratação temporária de professor substituto junto ao Instituto, sendo aprovada em terceiro lugar.

[Continue lendo...](#)

14/08

### **Justiça decide que OAB não pode impedir técnica do seguro social do INSS de exercer a advocacia**

O ocupante de cargo efetivo de técnico do seguro social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) possui direito à inscrição como advogado, não configurando caso de incompatibilidade entre as duas funções.

Esse foi o entendimento reafirmado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) ao manter sentença de primeiro grau que reconheceu o direito de uma bacharela filiada a seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC) de exercer a advocacia. Ela havia sido impedida pela OAB, que alegava a incompatibilidade entre o trabalho dela no INSS e a profissão de advogada.

[Continue lendo...](#)

14/08

**Empresa paranaense terá de ressarcir  
INSS por auxílio-doença pago a  
funcionário lesionado em  
acidente de trabalho**

Em sessão telepresencial de julgamento ocorrida na última quarta-feira (12/8), a 4ª Turma do Tribunal Regional da 4ª Região (TRF4), julgou improcedente o recurso de apelação de uma empresa fabricante de equipamentos agrícolas, situada em Curitiba, que pedia para não arcar com o ressarcimento do benefício de auxílio-doença acidentário pago pelo Instituto Nacional da Segurança Social (INSS) após um dos funcionários ter sido ferido em acidente de trabalho ocorrido dentro da fábrica. A decisão do colegiado foi proferida de forma unânime.

Em novembro de 2014, o empregado estava no setor de usinagem da fábrica de colheitadeiras da empresa e fazia o acoplamento de uma broca em uma furadeira quando sua luva foi presa pelo engate da máquina, levando ao lesionamento físico devido ao impacto do corpo contra o equipamento. O homem sofreu fratura da extremidade inferior do úmero e do punho.

[Continue lendo...](#)



**AJUFE**

Associação dos Juizes Federais do Brasil